



Para que o futuro não fique para trás: a universidade brasileira e o enigma do bolsonarismo

The future cannot be left behind: the Brazilian university and the enigma of Bolsonaroism

Lalo Watanabe MINTO*

 <https://orcid.org/0000-0002-9212-7943>

Em *Fascistização e educação superior: o futuro da universidade pública em xeque*, Kátia Lima e Janaína Duarte (2022) analisam os rumos da educação superior pública no Brasil no período que se inicia em 2016 e chega aos dias atuais. Como indicado no título, essa análise convida leitoras e leitores a uma apreensão mais complexa dos processos de mudança na educação, com suas dimensões temporais distintas, referentes à dinâmica do desenvolvimento capitalista, por um lado, e às especificidades conjunturais desse processo em anos recentes, por outro.

Por essa razão, os termos fascistização e futuro se unem, não em perspectiva fatalista, mas porque referentes a processos cimentados pelo padrão dependente de desenvolvimento capitalista no Brasil, que institui possibilidades mais limitadas de sociabilidade burguesa do que as possíveis em suas matrizes centrais. Tampouco se trata de uma abordagem apenas fenomênica sobre as transformações na política de educação superior, ou das práticas instituídas nas universidades públicas; e, sim, de uma contribuição que amplia os horizontes de compreensão da educação brasileira, pois determinada historicamente e, por sua vez, parte determinante dessa estrutura social, histórica e cultural peculiar ao capitalismo dependente.

A seguir, vamos abordar aspectos que consideramos essenciais para explicitar a contribuição deixada pelo estudo de Lima e Duarte. O objetivo é apresentá-los de forma dialogada, remetendo por vezes ao texto e, quando possível, introduzindo outros elementos para se somarem àqueles já desenvolvidos pelas autoras.

Capitalismo dependente e educação

Ainda são escassos os estudos que analisam a educação à luz das particularidades de nosso desenvolvimento capitalista. A partir dos anos 1960, quando a pesquisa na área

* Economista. Doutor em Educação. Docente do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. (Unicamp, Campinas, Brasil). Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo, Campinas (SP), CEP.: 13083-970. E-mail: lalo@unicamp.br.



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2022 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

educacional começa a se institucionalizar e sua produção, a se expandir, ergueu-se um campo de estudos que, não raro, identificava a existência de algo como uma *defasagem* educacional no Brasil: constatava-se que havia desenvolvimento econômico, processo de industrialização e urbanização, mas a escolarização seguia em ritmo distinto de outros países. A essa maneira de pensar correspondiam expectativas sobre a expansão educacional que, frequentemente, foram frustradas pela realidade brasileira, sejam as de matriz explicitamente liberal, ancoradas na noção de *capital humano*, ou as de cariz social-democrata, apostando no potencial da educação para o desenvolvimento.

Lima e Duarte seguem por outro caminho, aquele aberto pelos estudos de Florestan Fernandes, um dos principais intérpretes da formação social brasileira e da educação na perspectiva do capitalismo dependente. Como apontam as autoras, essa condição se inscreve em *nexos estruturantes* que definem o alcance que a educação pode ter nessas formações sociais. A violência que o capital mobiliza, à medida que a acumulação capitalista avança, atua como uma espécie de força motriz que faz com que a condição colonial seja sempre presente nessas sociedades, não como uma herança estática e imutável, mas porque renovada com regularidade. Algo como uma seqüela do nosso tipo de existência para o capital, determinando um padrão também específico de desenvolvimento educacional¹.

Ao se perguntarem, portanto, sobre as funções exercidas pela educação superior nessas condições, as autoras não perdem de vista esse padrão dependente, não recorrendo a teses como a de que teríamos uma burguesia incapaz de compreender os *benefícios* de investir em educação. Dentro dessa problemática, destaca-se a emergência de uma dinâmica de luta de classes bastante fechada a quaisquer avanços e conquistas para a classe trabalhadora (em termos de padrão civilizatório, direitos sociais etc.). Fernandes denominou de *circuito fechado* essa ação sistemática da burguesia e suas frações dominantes contra qualquer possibilidade de mobilização social e política que, por meio de lutas organizadas, pudessem resultar em avanços para a classe trabalhadora. Lima e Duarte fazem uma síntese disso ao tratarem de como as crises sistemáticas desse capitalismo tornam a contrarrevolução um processo permanente, materializando-se tanto em “[...] práticas ostensivamente repressivas e autoritárias [...]” (LIMA; DUARTE, 2022, p. 9) quanto podendo se metamorfosear e reciclar em “[...] projetos de democracia restrita” (LIMA; DUARTE, 2022, p. 9).

Um caminho está traçado: a educação superior brasileira, em suas origens históricas ou no período contemporâneo, nos obriga a observar a questão dos padrões dependentes de desenvolvimento, nas suas formas concretas e particulares a cada período. Procedendo assim, perguntas sobre *defasagem educacional* e até mesmo sobre qual é o nosso *modelo* de educação superior (francês, alemão ou estadunidense), tornam-se secundárias, se não improcedentes. Trata-se de atentar para os traços singulares desse desenvolvimento sem acentuá-los em demasia, o que levaria ao risco de despojá-los de uma *espessura ontológica* conectada ao desenvolvimento concreto do modo de produção, de tendência universalizante (CHASIN, 2000, p. 12).

¹ Sobre isso, ver Minto (2014).

Violência estatal e desenvolvimento educacional

Mobilizando as contribuições de Fernandes sobre o capitalismo dependente brasileiro, as autoras submetem a análise da educação superior recente ao crivo de categorias como autocracia burguesa e contrarrevolução. Sob o jugo da crise estrutural do capital e da *financeirização*, identificam a tendência de exacerbação da violência estatal² e burguesa contra a classe trabalhadora como elemento fundamental para a explicação do governo Bolsonaro e da chegada da extrema direita ao poder. Esta é a base sobre a qual tratam da *fascistização das estruturas de poder* como característica da atual ofensiva contra a educação superior pública.

Com sua capacidade de movimentação e sua lógica especulativa e parasitária adquirindo centralidade inédita, tornam-se mais fluídas as maneiras pelas quais as relações capitalistas e sua violência habitual contra a classe trabalhadora se espriam para o conjunto da sociedade. Essa supremacia rentista (CASTELO, 2017) não significa que as políticas econômicas se esgotam nos interesses do rentismo, ao passo que as políticas sociais seriam *reduzidas*, numa mera redistribuição dos orçamentos estatais. A *forma* dessas políticas também se modifica, caracterizando um amoldamento ainda maior aos interesses do capital e, portanto, novas finalidades: “Agora, a provisão dos serviços passa a ter como meta prioritária o lucro dos acionistas, que são, notoriamente, grandes grupos financeiros internacionais, distantes e alheios do conteúdo dos serviços prestados. [...]”. (LAVINAS; GENTIL, 2018, p. 202-204).

A propagação da lógica da acumulação para o conjunto da reprodução social nos moldes indicados impõe que a ação estatal *garantidora* dos fundamentos do capital seja mais acentuada; que se desloque cada vez mais do plano político da luta de classes – conforme as estruturas e espaços já instituídos – para o plano *policial* (OLIVEIRA, 2007) dessa mesma luta, de modo a garantir a absorção dos fluxos de valor em setores cada vez mais amplos da atividade econômica. Castelo (2017) contribui para a elucidação do problema:

No Estado ampliado neoliberal, as políticas econômicas, sociais, geopolíticas e de segurança operam conjuntamente, dentro de uma lógica totalizante, a favor do aumento da extração do mais-valor produzido pela força de trabalho, no atendimento minimalista de necessidades humanas, no apassivamento das lutas populares e na criminalização – e até mesmo militarização – da “questão social” e das organizações mais radicais de esquerda (CASTELO, 2017, p. 63).

No âmbito da política educacional, vale sublinhar aquilo que Fontes (2017, p. 207) denomina de *ativismo empresarial* de base liberal como expressão do *excesso de atividade pró-hegemônica*. Um *hegemonismo* que faz encolher o espaço convencional da democracia burguesa, causando-lhe um *curto-circuito* que afeta especificamente as formas de representação política entre as classes dominadas, bloqueando-as (FONTES, 2017, p. 224-225). Isso tem permitido que os Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) e os interesses que representam (dos grandes capitais) imponham a sua agenda, no mesmo sentido indicado por Oliveira (2007, p. 15), de que se vai se criando um campo específico dentro do qual o adversário é obrigado a se mover. Campo este que é forte o suficiente para incluir os movimentos que esse adversário fará na tentativa de sair fora

² Harvey (2012, p. 87) fala no fortalecimento do *braço coercitivo do Estado*.

da agenda que lhe é oferecida/imposta, com o que se tem um intercâmbio desigual, que passa a ser estruturante do próprio conflito.

Para discutir a dominação burguesa no campo da educação superior, Seki (2021) alude à *coletivização* dos interesses de classe. Para além das disputas pelo fundo público, tratar-se-ia de uma disputa pela própria *forma estatal*, em que diversos APHs, por vezes representando interesses mais pontuais (de certas instituições de ensino superior (IES) ou de segmentos delas), vão se somando na tarefa de defender seus interesses. Isso ocorre, pois os grandes capitais conseguem dominar a agenda dos APHs e, com isso, cria-se uma lógica violenta de representação, ainda que possa se disfarçar sob formas sofisticadas de ação classista e pretensos consensos. Nesse sentido, os interesses dos capitais menores vão se subordinando aos grandes de tal maneira que, por vezes, até se engajam na sua própria eliminação concorrencial.

A coletivização, assim, ocorre como processo interno ao campo da educação superior, mas também dele para com a educação e à sociedade como um todo. Quando atingem certo ponto de hegemonia, esses interesses passam a ser vistos como inevitáveis. Um exemplo é o Programa FIES, amoldado a essa dinâmica em que a violência da acumulação no setor financeiro passa a ser parte das operações das instituições privadas, pouco ou nada se distinguindo do restante.³ Uma *política social* que, na aparência, objetiva expandir o acesso ao ensino, mas, na prática, opera como política de rentabilização segura ao setor privado, minimizando os riscos das empresas, agravando o problema do subfinanciamento da educação pública e, de quebra, gerando o problema do endividamento individual⁴.

Disputas na educação superior pós-2016

Completados três anos de governo Bolsonaro, está evidente que a violência estatal e de classe contra as universidades públicas, hoje, é uma ação mais explícita e disseminada do que em outros períodos da Nova República. Essa história, porém, é anterior a este governo e à ascensão da extrema-direita, com capítulos fundamentais no período da Ditadura, sobre o qual os estudos de Fernandes são um guia indispensável⁵, especialmente no que o autor denominou de *tecnificação* do ensino superior, uma associação mais ampla entre ciência, tecnologia e “[...] instrumentalidade empresarial e Estado tecnocrático” (FERNANDES, 1984, p. 60).

A Ditadura procurou atender a certas demandas que forçavam mudanças na universidade e na educação superior. Era uma reação preventiva, pois antagônica aos setores que lideravam as principais reivindicações pela reforma universitária desde o início da década de 1960, com protagonismo fundamental do movimento estudantil e das camadas médias da população, que engrossavam as filas dos *excedentes*, num âmbito geral de contestação política e cultural, bem como de afirmação nacional e anti-imperialista. A resposta conservadora, que foi sendo desenhada pelo regime, teve papel

³ Ver Seki (2021, p. 160).

⁴ Em 30/12/2021, o governo brasileiro editou a Medida Provisória 1.090, que anistia parte dessa dívida.

⁵ Refiro-me às obras que tratam mais diretamente da problemática da universidade (FERNANDES, 1984, 1979, 1978 e 1977).

decisivo dos militares (Relatórios Meira Mattos e Atcon), da ingerência estadunidense (USAID) e de representações de frações burguesas locais (IPES, IBAD). Sua operação se deu por dois caminhos: o da reforma das instituições e do ensino existentes, reprimindo fortemente o segmento das IES públicas; e pelo incentivo à expansão privada, que foi arrefecendo o problema dos *excedentes*⁶, ao mesmo tempo em que promovia a diferenciação do sistema, fazendo com que as IES não universitárias fossem predominando. Essa contrarreforma modificava bastante a educação superior, mas sem descartar a universidade como instituição estratégica.

Para esse último objetivo, conectado ao projeto de Brasil-potência de setores internos ao regime, processos decisivos ocorreram no âmbito da pós-graduação brasileira, instituída formalmente a partir de 1965, e especialmente na década de 1970, com o 2º Plano Nacional de Desenvolvimento. O regime foi *depurando* as universidades e, em geral, as forças do desenvolvimentismo de seus quadros mais críticos, e o fez, entre outras medidas, fomentando a pesquisa científica em setores estratégicos, de forma centralizada, e estrangulando a autonomia das instituições (LEHER, 2010).

Essa digressão foi necessária para que formulássemos uma questão adicional: o recrudescimento do governo Bolsonaro contra as universidades públicas se reveste desse mesmo caráter preventivo?

Mudanças instituídas na década de 1980, fruto das lutas organizadas capitaneadas pela classe trabalhadora e pelo setor educacional, criaram dificuldades maiores para a reação burguesa nos anos 1980, com marcos importantes tendo sido formalizados na Constituição de 1988. Não obstante já estivesse montada uma base para a neoliberalização da universidade pública e a ampliação de seu padrão heterônimo, boa parte das reformas pós-década de 1990 incidirá sobre esses obstáculos. O que se viu, no decorrer dos 1980 e 1990, foi um crescente tensionamento para que a universidade, instituição central para o desenvolvimento nacional, produtora de conhecimentos científicos, se alinhasse ao novo padrão global de acumulação, deixando de fazer parte do “[...] projeto estratégico do bloco dominante [...]” (LEHER, 2010, p. 28-29), com frações locais se engajando, elas próprias, em medidas como a da diferenciação das IES e a mercantilização.

Pelo histórico das últimas duas décadas e apesar das interpretações que identificam nos governos Lula da Silva e Rousseff um processo de mudança em curso, não é possível falar em uma ação preventiva cujo alvo fossem as políticas para a educação superior desses dois governos. Mesmo quando as restrições orçamentárias não foram tão rigorosas, processos como a crescente hierarquização entre áreas de conhecimento, em prejuízo das ciências sociais e da área de humanidades; a sobrevalorização da inovação como eixo organizador da pesquisa científica; a indução a uma remodelação acrítica da universidade com a *internacionalização*; a expansão do produtivismo acadêmico, são ações que foram amoldando a universidade pública brasileira ao figurino que ora vemos avançar sob a insígnia do *Future-se*.

⁶ Sobre isso, ver Minto (2014).

Passemos, então, a outra pergunta: de que maneira o governo Bolsonaro opera uma gestão em que o hegemonismo (FONTES, 2017) nas políticas para a educação se combina com ações mais diretas e antagonicas à educação superior pública?

Na análise proposta por Lima e Duarte, os pontos centrais que explicitariam essa mudança recente, conferindo-lhe traços fascizantes, são: a militarização ampliada do Estado, sobretudo em áreas do serviço público federal; as intervenções do governo em IFES, notadamente nos processos de escolha de dirigentes; a apresentação da proposta do *Future-se*, representando uma tentativa de *refuncionalização* da universidade brasileira, além da própria ação antagonica mais explícita e direta em relação às IES públicas. Seriam seus objetivos de fundo: aprofundar a pauta da privatização, a violência exercida contra a classe trabalhadora e, especificamente no caso da intelectualidade ligada às universidades, promover o silenciamento e o apassivamento das suas lutas.

Ofensiva ideológica, anticientificismo e privatismo

Os ataques ideológicos contra a universidade pública – de lugar de balbúrdia e drogas à fantasiosa hegemonia do marxismo cultural – buscam generalizar um clima favorável às mudanças, que são a pauta central do governo para essas instituições. Somadas aos interesses específicos dos segmentos mais conservadores, tem-se o que Leher (2021) entende ser uma *guerra cultural* e que Mattos (2020) caracteriza como uma combinação de “[...] ideologia obscurantista neofascista [...]”, “[...] políticas concretas de restrição e ataques a direitos democráticos e sociais [...]” e “[...] política ultraliberal” (MATTOS, 2020, p. 214). Embora haja disputas no interior do governo e as pautas mais grotescas centralizem as atenções, sob a superfície dessa descarga ideológica correm livres as tentativas de fazer avançar a refuncionalização neoliberal da universidade. A violência classista antiuniversidade é destituída de disfarces no atual governo.

O anticientificismo peculiar a essa ofensiva tem impactos inegáveis sobre as universidades. Insistimos, porém, que é um erro observá-las apenas pela ótica das ações caricaturais e grotescas, como as que deram notoriedade ao ex-ministro Weintraub. Em políticas estatais já enraizadas, encontramos ações essencialmente anticência: a) cortes orçamentários sistemáticos na área, pressionada pela lógica do ajuste fiscal⁷; b) uma lógica predatória de funcionamento, como aquelas que incentivam a concorrência e a precarização do trabalho como sinônimo de eficácia e eficiência, tendo no produtivismo acadêmico sua principal forma de expressão; c) *inovação* como centro da política científica, concentrando recursos em poucas áreas de maior abertura para agendas que são definidas desde os países centrais e conglomerados empresariais, restando pouca ou nenhuma autonomia local/nacional.

Embora não tenha avançado conforme o figurino pretendido por Weintraub, é um fato que boa parte do conteúdo do *Future-se* não é novo para as IES federais, tampouco contraria as normas vigentes. Uma aprovação da proposta, nesse contexto de

⁷ Os cortes têm sido tão profundos que até mesmo instituições estratégicas de controle sobre as universidades públicas têm sido precarizadas, como é o caso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o que gera apreensões e sentimentos contraditórios no meio acadêmico.

recrudescimento e ingerência sistemática do governo na sua gestão, poderia gerar uma remodelação mais radical e violenta dessas instituições, tanto na *dosagem* das medidas como na repressão às formas de resistência. Lima e Duarte alertam, ainda, para a necessidade de entender o programa em sua articulação mais ampla, especialmente com relação à EC 95/2016 e aos cortes e ao contingenciamento sistemático do financiamento à educação pública.

O aspecto caricatural da ofensiva antiuniversidade não deve ocultar outros tensionamentos, não idênticos aos aqui tratados e decerto mais sofisticados: refiro-me ao *slogan* da *educação baseada em evidências*, que tem abrigado, pelo menos, duas características: a desqualificação sistemática da pesquisa científica em educação desenvolvida nas IES públicas, tidas como baseadas em ideologias de esquerda, em *achismo* e similares; e o seu caráter privado, de controle quase monopólico dos APHs empresariais, conformando um instrumento poderoso de intervenção e controle da política educacional, algo como um *gabinete paralelo* da educação.

Sobre a (neo)fascistização

Tratar desse processo à luz da ideia de (neo)fascistização, ao nosso ver, é um recurso importante, que coloca em relevo uma característica central do desenvolvimento dependente: os traços autocráticos da dominação burguesa. Como apontado pelas autoras, os nexos estruturantes da dependência já guardam, em sua configuração histórica concreta, diversos elementos fascizantes.

Noutra indicação do texto, que recupera as contribuições de Fernandes, destaca-se que, como ideologia e utopia, o fascismo sobreviveu às experiências históricas de regimes fascistas. A Ditadura brasileira teria sido um exemplo disso, caracterizada antes pela “[...] exacerbação do uso autoritário e totalitário da luta de classes [...]” (LIMA; DUARTE, 2022, p. 15, *apud* FERNANDES, 1981, p. 17), pela opressão social e repressão política via Estado, do que por processos de doutrinação ou arregimentação de massas. Fernandes também havia se referido, em texto do final dos 1970, ao que entendia ser um “aperfeiçoamento racional das ditaduras burguesas” (FERNANDES, 1980, p. 56), uma época de *fascismo desfascizado*, em que a *tiranía* da classe hegemônica se fundava na “[...] violência institucional mais refinada, organizada de um ponto a outro e planejada globalmente em escala mundial” (FERNANDES, 1980, p. 56).

Ianni apontou, por sua vez, que o fascismo⁸ era um elemento fundamental para a compreensão do desenvolvimento dependente: a “[...] violência é transformada em técnica produtiva, em força de produção complementar, devido à forma pela qual ela é mobilizada, contra a classe operária, no âmbito da fábrica, sindicato e outras esferas.” (IANNI, 2019, p. 297). Noutra passagem, referia-se a um traço da singularidade conferida ao fascismo no Brasil, por ser “[...] altamente determinado pelo capital financeiro do imperialismo” (IANNI, 2019, p. 95).

⁸ A alusão ao fascismo é variada em Ianni (2019): do amplo “clima fascista”, passando por referências menos abrangentes, como a de políticas fascistas, conteúdos/componentes/dimensões fascistas das políticas e do poder estatal, a menções diretas ao “Estado fascista” e à “ditadura militar fascista”.

O contexto atual é favorável a processos de (neo)fascistização, pois a crise torna necessário o emprego crescente da força para garantir as taxas de exploração que os setores dominantes do capital necessitam. Em suma, se no capitalismo dependente é uma questão vital para a burguesia a garantia da extração dual do excedente econômico, que remunera generosamente as burguesias imperialistas e, também, as burguesias nativas (FERNANDES, 1975), é possível imaginar o grau de violência que a acumulação precisa acionar para garantir a reprodução desse complexo hoje, levando em conta que essa apropriação do valor produzido em certos setores é feita coletivamente pelos capitais assentados em atividades improdutivas.

Emprego da força, por certo, não quer dizer que outra dimensão fundamental da dominação seja descartada:

[...] o neofascismo encontrou apoio e espaço para crescer porque o grande capital e seus funcionários pretendem administrar violentamente a radicalização da miséria decorrente da superexploração. Mas, através do neofascismo, também cimentam algum grau de hegemonia, em torno a uma fração degenerada pequeno-burguesa e assalariada média, que teme a própria proletarianização e acredita que o melhor antídoto contra ela é a política de extermínio de parcelas mais precárias da classe trabalhadora (MATTOS, 2020, p. 239-240).

Para as finalidades do debate aqui aberto, não se trata de “[...] ‘classificar’ o governo Bolsonaro como fascista, ou neofascista, por comparação com uma determinada lista preestabelecida de características típicas do fascismo” (MATTOS, 2020, p. 233).⁹ Parece-nos que a ação burguesa segue explicitando sua necessidade estrutural no desenvolvimento dependente, que é a de “[...] saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação” (FERNANDES, 1975, p. 294). A (neo)fascistização da atual quadra histórica demarca a inviabilidade dos arranjos políticos e institucionais da *Nova República*, que um dia representaram, segundo Oliveira (2007), uma inovação política, com a entrada dos movimentos sociais, da CUT, do PT e outras forças no plano institucional da *redemocratização*. Tão logo essas demandas (por mais rebaixadas que fossem e/ou tenham se tornado) começaram a extrapolar as possibilidades da *política policial* na qual se instituíam, o regime de dominação passou a demandar nova base, que teria que inevitavelmente incluir – pela via da conciliação de classes – os segmentos mais representativos daquela inovação, delineando a perspectiva de reorganizar essa *política policial* em novo patamar (OLIVEIRA, 2007, p. 24-25).

Também há uma inovação que Arantes (2018) afirma ser a da *reinvenção* da política após 2013, feita agora pela extrema direita, tensionando a estratégia que havia se tornado hegemônica nas esquerdas e em todo o espectro de centro, acomodados nas articulações e alternâncias de grupos restritos no poder estatal, que se caracterizavam antes pela *gestão* do que pela disputa real por projetos políticos. A objetividade dessa inovação não corresponde ao que se habituou reduzir a *polarizações*, mas à explicitação política dos limites objetivos da reprodução da ordem nos moldes vigentes para a acumulação

⁹ Mattos (2020) faz uma competente discussão sobre a pertinência, ou não, de denominar como fascismo ou Estado fascista, tanto o período da Ditadura como os atuais governos de extrema-direita.

capitalista, em xeque desde a década de 1970. Oliveira (2007, p. 27) já observara que os sistemas políticos “[...] longamente amadurecidos no consenso welfarista [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 27), com “[...] tolerâncias crescentes à sombra do crescimento e reconhecimento dos direitos humanos estão cedendo o passo às novas intolerâncias [...]” (OLIVEIRA, 2007, p. 27). E Arantes (2018) cravou: “[...] o que temos agora é um comportamento destrutivo da classe dominante brasileira que está apostando todas as fichas em tirar sua castanha do fogo com o braço da delinquência fascista” (ARANTES, 2018).

Considerações finais

Destacando momentos essenciais da organização e luta dos segmentos ligados à educação, especialmente no âmbito sindical, Lima e Duarte (2022) não se contentam com o generalismo das oposições bem-comportadas ao governo Bolsonaro, indicando como horizonte a luta por uma transformação radical da educação, pela superação do capital e da sociedade de classes.

Não se trata de uma mudança que virá pela ação *da* universidade, seus quadros e finalidades – ou pelo que ela *deveria fazer*, mas pela ação que, repensando radicalmente a sua própria existência no capitalismo dependente, seja simultaneamente uma construção no sentido da mudança. O convite que Lima e Duarte nos deixam é para que compreendamos essa necessidade e que a façamos sem abandonar a perspectiva da luta organizada e todo o amparo intelectual e científico que as atividades feitas na universidade (ainda) podem fornecer-nos.

Engrossando esse coro, acrescentaria que, até para cumprir papéis modestos, a universidade pública precisa se transformar. Outrossim, lutas ditas imediatas não são descartáveis, pois é também nesse plano que se materializam as questões de fundo, daquela temporalidade duradoura que aprisiona a universidade e a educação em geral ao padrão dependente de desenvolvimento capitalista. Alguns temas precisam ser enfrentados já:

- 1) a configuração produtivista que as políticas impõem ao fazer acadêmico nas universidades públicas: avaliação Capes, desigualdade no financiamento à pesquisa, prioridade acrítica à *internacionalização*;
- 2) a degradação das condições de trabalho por meio do uso de tecnologias;
- 3) as tendências de neutralização de caráter público das IES estatais (cobranças, atuação das fundações privadas e *parcerias*, fundos patrimoniais);
- 4) a recomposição orçamentária da educação pública, com a revogação da EC 95/2016 e a derrota da atual PEC 32, para citar dois casos emblemáticos.

Não se tem aqui nenhuma receita, mas um possível ponto de partida, para fazer menção novamente a Florestan Fernandes. E se não há respostas prontas e acabadas, há que escapar, por sua vez, das falsificações que apontam para um cenário em que o mais racional parece ser o retorno à *normalidade*. Por mais grave e dramática que possa ser a agenda do governo Bolsonaro, corremos o risco de que isso funcione apenas como estratégia para renovar o bloqueio sistemático da nossa democracia restrita, direcionando as forças políticas mais radicais para um campo de ação em que se

neutralizam as suas pautas fundamentais. Lembremos, então, da caracterização feita por Fernandes (1980) sobre a *transição democrática*:

Os setores dissidentes dos vários estratos da burguesia ligaram a luta contra a ditadura à proteção de seus interesses de classe e, principalmente, à preservação e ao fortalecimento da ordem burguesa existente (em termos das injustiças e iniquidades inerentes ao capitalismo associado e à industrialização maciça na periferia). Por essa razão põem tanta ênfase no Estado de direito, no papel do parlamento numa democracia representativa e na conciliação dos interesses de classes vitais para a *Paz Social* (mito que nasceu sob o Estado Novo) (FERNANDES, 1980, p. 57).

Com o recrudescimento bolsonarista, expandem-se os limites dentro dos quais orbitam as forças políticas da ordem do capitalismo dependente. Novos *extremos* são incluídos na gestão dos interesses do grande capital, criando um cenário do qual poderá emergir um período em que a nova alternância (eleitoreira) de poder se dará entre essas forças *polarizadas* e num espectro geral mais conservador. Assim, o neofascismo terá cumprido a função de renovar, no âmbito das lutas de classes, a perspectiva de que a única alternativa é a da recomposição do *statu quo ante*, em companhia do qual também se renova a expectativa de que é por meio da representação parlamentar que os interesses da classe trabalhadora poderão ser realizados (PINASSI, 2011). Na educação, seria como circunscrever as disputas políticas ao objetivo único de recuperar o *terreno perdido*, sem modificar estruturalmente políticas que inviabilizam qualquer conquista substantiva¹⁰.

A perspectiva de retornar a algum ponto do passado recente da educação superior pública, no fundo, se confunde com o projeto hegemônico que a trouxe até aqui. E mais: despreza que o bolsonarismo luta, precisamente, contra *essa universidade* que se tornou possível pelos caminhos contraditórios da Nova República, não contra uma instituição pujante e cheia de possibilidades que teria ficado *em suspenso* como uma luz que foi apagada; ignora o trabalho de longa data das classes dominantes que, com o apoio do imperialismo, nos fez ter uma universidade conservadora, amoldada ao capitalismo dependente. É o futuro sendo passado para trás.

Referências

ARANTES, P. E. Abriu-se a porteira da absoluta ingovernabilidade no Brasil. [Entrevista concedida a Rute Pina e Emilly Dulce]. **Brasil de Fato**, São Paulo, 13 nov. 2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/13/abriu-se-a-porteira-da-absoluta-ingovernabilidade-no-brasil-diz-paulo-arantes>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CASTELO, R. Supremacia rentista no Brasil neoliberal e a violência como potência econômica. **Univ. Soc.**, Brasília (DF): ANDES-SN, n. 60, jul. 2017 p. 58-71.

CHASIN, J. A via colonial de entificação do capitalismo. In: CHASIN, J. **A miséria brasileira**. Santo André, SP: Estudos e Edições Ad hominem, 2000. p. 37-58.

¹⁰ Cito dois exemplos: tomar o respeito às listas tríplices para escolha de dirigentes como horizonte máximo de relações *democráticas* e autonomia das IES públicas ou, ainda, que o principal problema da avaliação Capes da pós-graduação stricto sensu seja o da sua suspensão/atraso recente.

DUARTE, J.; LIMA, K. **Fascistização e educação superior**: o futuro da universidade pública em xeque. *Argumentum*, Vitória, v. 14, n. 1, p. 7-25, jan./abr. 2022.

FERNANDES, F. **A questão da USP**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FERNANDES, F. **Brasil**: em compasso de espera: pequenos escritos políticos. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira**: reforma ou revolução? 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

FERNANDES, F. **A condição de sociólogo**. São Paulo: Hucitec, 1978.

FERNANDES, F. **Circuito Fechado**: quatro ensaios sobre o “poder institucional”. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1977.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FONTES, V. Hegemonismos e política: que democracia? *In*: MATTOS, M. (Org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017. p. 207-236.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

LAVINAS, L.; GENTIL, D. Brasil anos 2000: a política social sob a regência da financeirização. *Nov. Est. CEBRAP*, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 191-211, mai.-ago. 2018.

LEHER, R. Universidade pública federal brasileira: Future-se e “Guerra Cultural” como expressões da autocracia burguesa. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.241425>. Acesso em: 21 jan. 2022.

LEHER, R. Capitalismo dependiente y educación: propuestas para la problemática universitária. *In*: LEHER (comp.). **Por una reforma radical de las universidades latinoamericanas**. 1. ed. Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 2010. p. 19-93.

MATTOS, M. B. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MINTO, L. W. **A educação da “miséria”**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

OLIVEIRA, F. de. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. *In*: OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. (Org.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PINASSI, M. O. O lulismo, os movimentos sociais no Brasil e o lugar social da política. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 25/26, p. 105-120, 2. sem. de 2010 e 1. sem. de 2011. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/neils/downloads/Vol.2526/maria-orlanda-pinassi.pdf>. Acesso em: 1º set. 2016.

SEKI, A. K. **O capital financeiro no ensino superior brasileiro (1990-2018)**. Florianópolis: Editoria em Debate; UFSC, 2021.

Lalo Watanabe MINTO

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual Paulista (2001). Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (2005 e 2011). Atualmente é professor do Departamento de Filosofia e História da Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp. Tem experiência nas áreas de História da Educação, Política Educacional e Educação e Trabalho, atuando principalmente em estudos e pesquisas sobre a educação superior no Brasil.
